



# Manual de Práticas de Prevenção e Combate à Corrupção

Vinci Partners

Agosto 2024





## Índice

1. Definições.....	3
2. Introdução.....	3
3. Política Anticorrupção.....	4
4. Práticas de Prevenção e Combate à Corrupção .....	5
I - “Conheça seu Parceiro” – Know your Business Partner.....	5
II – Relacionamento com Agentes Públicos.....	6
III – Diligência prévia a Doações e Patrocínios	
IV– Promoção de Medidas Anticorruptivas nas Empresas Investidas.....	8
V – Treinamentos de Capacitação.....	9
VI – Denúncias.....	9
5. Sanções .....	9



## 1. Definições

<u>“Colaboradores”</u>	todos os sócios, funcionários, estagiários e integrantes de cargos de administração ou gestão da Vinci Partners, independentemente do vínculo contratual ou societário que mantenham com a Vinci Partners;
<u>“Departamento de Compliance”</u>	conforme disposto no Manual de Compliance da Vinci Partners, o Departamento de Compliance, dentre outras atribuições, é o responsável por (i) zelar pelo cumprimento da lei e de todas as normas e regulamentos (internos ou externos) que pautam a atividade da Vinci Partners; (ii) assegurar a adequação das normas e regulamentos internos às alterações da legislação aplicável em vigor; (iii) apoiar e promover atividades e treinamentos dos Colaboradores quanto ao cumprimento da lei e de todas as normas e regulamentos (internos ou externos) que pautam a atividade da Vinci Partners; e (iv) assegurar o cumprimento das melhores práticas de anticorrupção (v) garantir que avaliações de risco regulares e contínuas sejam realizadas; e (vi) testar a eficácia das políticas, procedimentos e controles por meio do monitoramento do cumprimento das políticas;
<u>“Manual de Compliance”</u>	Manual de Compliance da Vinci Partners;
<u>“Manual”</u>	Manual de Práticas de Prevenção e Combate à Corrupção;
<u>“Parceiros”</u>	Todos os parceiros comerciais, consultores, prepostos, fornecedores, todos que, com ou sem remuneração, prestem serviços, ainda que de forma temporária, à Vinci Partners ou, ainda, aqueles que atuem em nome de qualquer empresa da Vinci Partners;
<u>“Vinci” ou “Vinci Partners”</u>	abrange as empresas sob controle da Vinci Partners Investments Ltd. (“VINP”).

## 2. Introdução

2.1 O presente Manual aplica-se a todos os Colaboradores e Parceiros da Vinci Partners, conforme acima definidos, independentemente de suas respectivas áreas de atuação nas empresas da Vinci Partners.

# Manual de Práticas de Prevenção e Combate à Corrupção

2.1.1. Este Manual não se aplica aos membros independentes do Conselho de Administração da VINP.

2.2 O objetivo deste Manual é auxiliar todos os Colaboradores e Parceiros na compreensão dos requisitos gerais da *Foreign Corrupt Practices Act* (“FCPA”) e a Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (“Lei Anticorrupção”), servindo como ferramenta de prevenção às práticas corruptivas e de orientação aos Colaboradores e Parceiros acerca dos controles internos e condutas instituídos pela Vinci Partners no combate à corrupção.

2.3 Quando do ingresso na Vinci Partners, todos os Colaboradores receberão uma cópia deste Manual, em conjunto com os outros manuais e políticas internas da Vinci Partners, e deverão comprometer-se a zelar por sua aplicação e observância, por meio da assinatura de Termo de Compromisso.

2.3.1 Todos os Colaboradores devem fazer uma leitura minuciosa do conteúdo deste Manual, incluindo as revisões posteriormente publicadas e, em caso de dúvidas, ou havendo necessidade de aconselhamento, o Colaborador deverá buscar auxílio junto ao Departamento de Compliance.

2.3.2 Todos os Parceiros, no momento da celebração do contrato com a Vinci Partners, deverão ser informados a respeito da existência do presente Manual e dos procedimentos de prevenção e combate à corrupção que deverão ser observados, sempre que estiverem atuando em nome e/ou na defesa dos interesses da Vinci Partners.

2.4 Este Manual faz parte das regras que regem as relações contratuais, inclusive de trabalho, dos Colaboradores e Parceiros com a Vinci Partners. Seu descumprimento será considerado infração contratual, sujeitando o infrator às penalidades cabíveis. Caso a Vinci Partners venha a ser responsabilizado ou sofra prejuízo de qualquer natureza por atos de seus Colaboradores e Parceiros, poderá exercer o direito de regresso em face dos respectivos responsáveis.

2.5 O presente Manual não é exaustivo e está sujeito a mudanças, correções e revisões contínuas. Se um Colaborador ou Parceiro se deparar com possíveis transgressões, situações duvidosas, ou temas relevantes não tratados neste Manual, deve cientificar imediatamente o Departamento de Compliance sobre a respectiva situação.

2.6 Este Manual estabelece políticas e procedimentos destinados a promover a conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao combate e prevenção da corrupção, notadamente a Lei Anticorrupção, conforme alterada, e a FCPA.

## 3. Política Anticorrupção

3.1 Com o objetivo de facilitar o entendimento da legislação anticorrupção e do presente Manual, é imprescindível que os Colaboradores e Parceiros estejam familiarizados com as seguintes definições:

(a) **Corrupção.** A corrupção pode ser definida como a utilização de poder ou autoridade com o fim de se obter benefício em interesse próprio, ou de um terceiro relacionado. Neste sentido, pratica ato lesivo contra o patrimônio público quem (i) promete, oferece ou fornece, direta ou indiretamente, vantagem indevida a Agente Público, ou a terceira pessoa a ele relacionada; (ii) financia, custeia, patrocina ou de qualquer modo subvenciona a prática de corrupção; (iii) utiliza-

# Manual de Práticas de Prevenção e Combate à Corrupção

se de um intermediário, pessoa física ou jurídica, para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou ocultar a identidade dos beneficiários pelo ato corrupto; ou, ainda, quem (iii) dificulta a investigação ou fiscalização de agentes públicos, inclusive no âmbito de agências reguladoras e órgãos de fiscalização do sistema financeiro.

(b) **Agente Público.** Considera-se agente público quem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública. Equipara-se a agente público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da administração pública.

(c) **Vantagem Indevida.** Qualquer pagamento em dinheiro ou qualquer transferência de valor, tangível ou intangível, com o objetivo de influenciar ou recompensar qualquer ato oficial ou decisão de um Agente Público. Os pagamentos de facilitação (“subornos”) pagos a Agentes Públicos, com o fim de acelerar a conclusão de processos oficiais nos quais o cidadão tem direito concedido por lei, também são uma Vantagem Indevida proibida pela legislação e podem ser objeto de acusação criminal. O conceito de Vantagem Indevida ainda inclui, por exemplo, presentes, brindes, viagens, refeições, patrocínios, doações e quaisquer outras contribuições ou benefícios prometidos ou oferecidos ao Agente Público ou entidades a ele relacionadas com o intuito de influência ou recompensa para benefício próprio.

3.2 Todos os Colaboradores e Parceiros da Vinci Partners deverão cumprir integralmente as regras previstas no presente Manual, na legislação anticorrupção aplicável e, especialmente, na FCPA e na Lei Anticorrupção. Neste sentido, os Colaboradores e Parceiros da Vinci Partners estão proibidos de, no exercício de suas atividades e na defesa dos interesses da Vinci Partners, oferecer, prometer, fazer, autorizar ou proporcionar, diretamente ou através de terceiros, qualquer Vantagem Indevida a Agentes Públicos, com a intenção de influenciar ou recompensar qualquer ação oficial ou decisão do referido Agente em favor do próprio Colaborador ou Parceiro e/ou da Vinci Partners.

3.3 É compromisso da Vinci Partners cooperar com qualquer investigação ou fiscalização promovida por Agentes Públicos no âmbito das atividades desempenhadas pela Vinci, e qualquer Colaborador ou Parceiro que receba uma demanda apresentada por um representante do governo, deverá submetê-la imediatamente ao Departamento de Compliance para assistência e orientação sobre como proceder. O fornecimento de informações a todas as esferas de governo deverá ser efetuado sempre por escrito e com a devida orientação do Departamento de Compliance da Vinci.

## 4. Práticas de Prevenção e Combate à Corrupção

### I - “Conheça seu Parceiro” – Know your Business Partner

4.1 A seleção de Parceiros pela Vinci Partners será sempre realizada com imparcialidade e transparência, através de critérios técnicos, profissionais e éticos que impossibilitem contratações pautadas na defesa de interesses pessoais, conforme estabelecido no Manual de Compliance. Desta forma, os Colaboradores devem tomar todas as medidas necessárias para observar o devido processo de avaliação prévia e contratação dos Parceiros, nos termos previstos neste Manual e no Manual de Compliance.

## Manual de Práticas de Prevenção e Combate à Corrupção

4.2 Ao realizar a avaliação prévia de um Parceiro de Negócios, o Departamento de Compliance deve realizar pesquisa reputacional prévia (background check). Neste sentido, são solicitadas informações e documentos, que incluem o preenchimento do questionário da ANBIMA de due diligence no caso de atividades sujeitas à supervisão e regulamentação pela ANBIMA, checagens reputacionais da empresa, pesquisa por processos administrativos e judiciais, pesquisa em listas de sanções e outras listas relacionadas à prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa. Para este efeito, o Departamento de Compliance adotará políticas próprias de checagens e verificações com relação a tais Parceiros.

4.3 Uma vez que o processo de due diligence descrito acima seja concluído, o Departamento de Compliance deve então verificar se as informações e documentos fornecidos são suficientes, com base principalmente no porte, setor e país da empresa contratada, o volume e a natureza das transações, a forma e o valor da remuneração paga à empresa contratada e a criticidade dos serviços a serem prestados.

4.4 Se necessário, dado o perfil de risco, a Vinci Partners encomendará um relatório aprimorado de due diligence de um provedor de serviços independente e conduzirá uma pesquisa de registros públicos.

4.5 Nesse sentido, todo relacionamento da Vinci Partners com qualquer Parceiro deverá ser obrigatoriamente precedido de formalização de contrato ou por uma fatura escrita, nos termos e condições previamente aprovados pelo Departamento de Compliance da Vinci, observados os requisitos da regulamentação aplicável.

4.6 Desta forma, qualquer pagamento a título de remuneração, comissão, honorários, ou qualquer outra forma de desembolso em favor dos Parceiros, ainda que por atividades já desempenhadas, somente poderá ser efetuado pela área de Tesouraria da Vinci Partners após a aprovação e formalização do respectivo contrato, na forma estabelecida no item 4.5, acima.

4.6.1 Em determinadas situações que envolvam pagamentos de valores de menor monta, serviços de pronta entrega, naquelas em que os serviços prestados estejam devidamente discriminados em outros documentos de suporte ou, ainda, em outros casos excepcionalmente autorizados pelo Departamento de Compliance, será dispensada a formalização, por escrito, de contrato específico.

4.7 Nos casos de serviços continuados, após o início do vínculo formal da Vinci Partners com o Parceiro, serão realizadas, pelo Departamento de Compliance, análises periódicas nos Parceiros, com o fim de assegurar que o Parceiro se mantém apto e autorizado a atuar como Parceiro da Vinci Partners, conforme detalhado no Manual de Compliance.

4.8 A partir da entrada em vigor do presente Manual, todos os contratos a serem firmados com qualquer Parceiro deverão conter cláusulas obrigatórias que assegurem o cumprimento das leis anticorrupção e respectiva adesão do Parceiro às regras previstas neste Manual, prevendo, inclusive, sanções pelo seu descumprimento.

### II – Relacionamento com Agentes Públicos

## Manual de Práticas de Prevenção e Combate à Corrupção

4.9 Os Colaboradores e Parceiros da Vinci Partners devem agir de modo a prevenir e, se for o caso, remediar situações de conflito de interesses, que podem ocorrer tanto em relação a Vinci Partners e seus Colaboradores, quanto em relação a Vinci Partners e o poder público.

4.10 Desta forma, todos os Colaboradores e Parceiros da Vinci Partners estão proibidos de, no exercício de suas atividades e na defesa dos interesses da Vinci Partners: (i) oferecer, prometer, fazer, autorizar ou proporcionar, diretamente ou através de intermediários, qualquer Vantagem Indevida a Agentes Públicos, com a intenção de influenciar ou retribuir qualquer ação oficial ou decisão do referido Agente, em favor do próprio Colaborador ou Parceiro e/ou da Vinci Partners; bem como (ii) consentir com o recebimento, em nome próprio ou em nome da Vinci Partners, de qualquer tipo de vantagem que possa ser interpretada como forma de pagamento decorrente de atos lesivos à administração pública, principalmente os relacionados à prática de corrupção.

4.10.1. Não serão consideradas como Vantagem Indevida (i) o pagamento de refeições e quaisquer outros benefícios a Agentes Públicos em situações comerciais lícitas, inclusive brindes de final de ano, desde que observadas as políticas internas da Vinci Partners referentes a limites de despesas; e (ii) o pagamento de despesas de viagens para Agentes Públicos, desde que para o comparecimento de tais Agentes Públicos em eventos comerciais promovidos pela Vinci Partners.

4.11 Qualquer proposta de viagem, refeições, presentes, entretenimentos, brindes, ou qualquer outro benefício oferecido por Agente Público, deverá ser imediatamente informado ao Departamento de Compliance pelo Colaborador e pelo Parceiro, para que sejam tomadas as providências cabíveis, podendo ser solicitado pelo Departamento de Compliance, inclusive, a devolução imediata do benefício recebido indevidamente.

4.12 Com o objetivo de garantir a eficácia e a aplicação das vedações acima, fica desde já estabelecido que quaisquer contatos com Agentes Públicos, seja através de correspondência eletrônica, conferências telefônicas, reuniões presenciais, ou reuniões virtuais poderão ser supervisionados pelo Departamento de Compliance da Vinci Partners.

4.12.1 Sem prejuízo da adoção de outros procedimentos que venham a ser estabelecidos pelo Departamento de Compliance da Vinci Partners, para efeito da supervisão supramencionada, reuniões presenciais com Agentes Públicos somente poderão ser realizadas se previamente informadas à equipe de Compliance, com a indicação dos principais assuntos a serem tratados e a identificação dos participantes convidados.

4.12.2 É recomendado que as reuniões presenciais com Agentes Públicos sejam atendidas por, pelo menos, dois Colaboradores da Vinci Partners e que sejam realizadas em agências, escritórios ou repartições públicas, durante o horário comercial.

4.12.3 Em até 05 (cinco) dias úteis após a realização da conferência/reunião com Agentes Públicos, o(s) Colaborador(es) participante(s) deverá(ão) entregar, diretamente ao Departamento de Compliance, um breve resumo dos assuntos tratados, bem como a identificação de todos os participantes que efetivamente compareceram na conferência/reunião.

4.12.4 Não serão considerados contatos com Agente Público, para efeito das normas previstas neste item 4.11, seminários, eventos e/ou quaisquer formas de reuniões coletivas e públicas em que estejam presentes Agentes Públicos e outros membros do setor privado, inclusive participantes do mercado financeiro e de capitais, além dos Colaboradores da Vinci Partners.

## III – Diligência prévia a Doações e Patrocínios

4.13 Caso a Vinci Partners decida realizar uma doação, patrocínio e/ou quaisquer outras contribuições ou benefícios (“doação”) em favor de terceiros deve assegurar que os procedimentos de avaliação foram realizados previamente.

4.14 Os procedimentos de avaliação devem consistir, obrigatoriamente, em uma aprovação formal do responsável da área que pretender realizar a doação, além de uma diligência reputacional do beneficiário da doação (background check), que poderá envolver, pesquisa por processos administrativos e judiciais, pesquisa em listas de sanções e outras listas relacionadas à prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, realizadas pelo Departamento de Compliance.

4.15 O pagamento somente poderá ser efetuado pela área de Tesouraria da Vinci Partners após a aprovação formal do responsável da área que pretender realizar a doação e a conclusão da diligência reputacional realizada pelo Departamento de Compliance.

4.15.1 Caso o Departamento de Compliance conclua por não recomendar a doação a partir dos resultados obtidos na diligência reputacional, o responsável da área que pretender realizá-la deverá obter a aprovação prévia do CEO da Vinci Partners.

## IV – Promoção de Medidas Anticorruptivas nas Empresas Investidas

4.16 A Vinci Partners é formada por um grupo de empresas dedicadas à prestação de serviços diversificados em mercados de capitais, dentre eles a prestação de serviços de gestão discricionária de recursos de terceiros mediante investimento em “private equity”, como tal considerada a aplicação em valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras, abertas ou não (“Empresas Investidas”).

4.17 Com o fim de incentivar e preservar a cultura anticorrupção no ambiente das Empresas Investidas, o Departamento de Compliance da Vinci Partners acompanhará e supervisionará periodicamente a adoção de políticas e mecanismos de prevenção e combate à corrupção implementados pelas Empresas Investidas.

4.18 A supervisão periódica incluirá encontros com os representantes das equipes de Compliance das Empresas Investidas, para que demonstrem a aplicação e efetividade das práticas anticorruptivas adotadas em seus respectivos ambientes corporativos, incluindo parceiros comerciais, fornecedores e prestadores de serviço.

4.19 Nos encontros periódicos, as Empresas Investidas poderão demonstrar a disseminação da cultura anticorruptiva em seus colaboradores e parceiros, através da apresentação de documentos que comprovem, dentre outras medidas, a realização de treinamentos de capacitação sobre a legislação anticorrupção, a criação de canais de denúncia que preservem a identidade do denunciante, processos de auditoria prévia na seleção e contratação de prestadores de serviço e fornecedores, dentre outras evidências eventualmente solicitadas pelo Departamento de Compliance da Vinci Partners.

4.20 A Vinci realizará auditorias periódicas para garantir a adesão a este Manual e fornecerá ao Comitê de Auditoria do Conselho de Administração relatórios anuais sobre os resultados de



# Manual de Práticas de Prevenção e Combate à Corrupção

tais auditorias, incluindo quaisquer ações disciplinares e outras medidas corretivas tomadas no caso de violações deste Manual.

## V – Treinamentos de Capacitação

4.21 O Departamento de Compliance da Vinci Partners treinará os Colaboradores, em periodicidade mínima anual, a fim de capacitá-los quanto ao reconhecimento e combate de práticas corruptivas no ambiente corporativo da Vinci Partners, bem como providenciará novos treinamentos, sempre que necessário, inclusive no caso de mudanças na legislação aplicável. Se após qualquer treinamento ainda persistirem dúvidas, o Colaborador deverá entrar em contato com o Departamento de Compliance que poderá esclarecê-las, indicando o modo de agir em cada situação.

4.22 Sem prejuízo dos treinamentos anuais, serão realizados, ainda, treinamentos trimestrais aos Colaboradores admitidos na Vinci Partners durante o período, sendo certo que, a presença nos treinamentos trimestrais não exige a presença do respectivo Colaborador no treinamento anual, que deverá, obrigatoriamente, ser aplicado a todos os Colaboradores da Vinci Partners.

## VI – Denúncias

4.23 Caso algum Colaborador perceba ou suspeite de medidas corruptas ou outras atividades ilegais, por qualquer pessoa, este deverá imediatamente reportar suas suspeitas ao Departamento de Compliance ou ao presidente do Comitê de Auditoria ou através do canal de denúncias disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, na página da Vinci Partners na internet: [www.vincipartners.com/home/contato](http://www.vincipartners.com/home/contato), conforme disposto no Código de Ética da Vinci Partners.

4.24 Qualquer contato entre a Vinci Partners e a autoridade relevante sobre atividades suspeitas deve ser feita somente por intermédio do Departamento de Compliance da Vinci Partners. Os Colaboradores devem cooperar com o Departamento de Compliance durante a investigação de atividades suspeitas, sendo garantido o absoluto anonimato dos envolvidos na investigação.

## 5. Sanções

5.1 Os Colaboradores e Parceiros da Vinci Partners devem seguir estritamente as regras deste Manual. Qualquer infração destas regras poderá resultar em penas de advertência, suspensão, ação disciplinar, desligamento e/ou demissão por justa causa, conforme a relação contratual da Vinci Partners com o Colaborador em questão, ou a imediata rescisão contratual e extinção da parceira comercial, no caso de atividade suspeita promovida por algum Parceiro, sem prejuízo de consequências criminais e civis nos termos da legislação e da regulamentação em vigor.

5.2 Nos termos do item 4.18 acima, os Colaboradores devem reportar prontamente ao Departamento de Compliance, ou através do canal de denúncias disponibilizado pela Vinci, qualquer descumprimento por parte de outro Colaborador e/ou por parte de um Parceiro das regras deste Manual, das leis e dos regulamentos aplicáveis, sob pena de cometimento de falta grave, a qual poderá ensejar seu desligamento e/ou demissão da Vinci Partners.

5.3 Os Colaboradores não receberão ação disciplinar em face de esforços razoáveis e adequados em reportar comportamentos impróprios. Entretanto, o Colaborador ou Parceiro que

# Manual de Práticas de Prevenção e Combate à Corrupção

relatar comportamentos inadequados não será eximido de responsabilidades pelos próprios comportamentos indevidos ou, ainda, pela sua omissão diante dos comportamentos impróprios adotados por outro Colaborador ou Parceiro.

## 6. Atualizações

6.1. O presente Manual será revisado sempre que se fizer necessário, considerando os princípios e diretrizes aqui previstos, bem como a legislação aplicável.

6.2. Todas as atualizações deste Manual ficarão disponíveis na intranet e na página da Vinci Partners na internet e obrigarão a todos os Colaboradores.



**RIO DE JANEIRO - BRASIL**

55 21 2159 6000  
Av. Bartolomeu Mitre, 336 - Leblon  
22431-002 Rio de Janeiro RJ

**SÃO PAULO - BRASIL**

55 11 3572 3700  
Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277  
14º andar - Jardim Paulistano  
01452-000 São Paulo SP

**RECIFE - BRASIL**

55 81 3204 6811  
Av. República do Líbano, 251  
Sala 301 - Torre A - Pina  
51110-160 Recife PE

**NOVA YORK - EUA**

1 646 559 8000  
780 Third Avenue, 25th Floor  
New York, NY 10017